

Aos treze dias do mês de abril de dois mil e quinze, às dezesseis horas, tendo por local a sede da Amurel, à Rua Rio Branco, 67 - Vila Moema, neste município, conforme lista de presença, reuniram-se ordinariamente os membros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, criado pela Lei nº 955/80 de 02 de julho de 1980, alterado pela Lei Orgânica do Município e pela emenda da Lei Orgânica 01/2010, para analisarem e deliberarem sobre a Ordem do Dia. Estavam presentes os membros: Titular Rui Rufino – Fundação Municipal de Meio Ambiente; Titular Paula Wronski Aguiar – Fundação Municipal de Educação; Titular Eduardo Wronski dos Santos – Secretaria de Desenvolvimento Econômico; Suplente Silvio Cabral – Unisul; Titular Aristeu Cavalca – AGR; Titular Cidinei Galvani – Fatma; Titular Marcio Delpizzo – EPAGRI; Titular Silvio J. Ghisi – SINDUSCON; Titular Rosicler Maria Vanti – Copagro; Titular Guilherme J. Herdt – ACIT; Titular Celso Lopes Albuquerque – Area-TB; Titular Maicon dos Reis Soares e Suplente Caroline F. Freccia – Sindicato Rural de Tubarão; Titular Marcio Ronchi e Suplente Patrick Barp – Afubra; Paulo Evaldo Mayer – I.A.TA; Diretor-Presidente Guilherme N. Bressan – Fundação Municipal de Meio Ambiente; Delegado André Luís Mendes da Silveira – Delegacia de Trânsito e Crimes Ambientais. Estiveram ausentes os membros: Titular Fernando L. Garcia – Fundação Municipal de Saúde (falta justificada); Titular Francisco Beltrame – Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão e Complexo Lagunar (falta injustificada). Srº Rui que presidiu a reunião iniciou agradecendo a presença dos conselheiros, e solicitou a secretaria Paula que desse início a leitura da ata da reunião anterior, que após lida, foi aprovada por todos. Rui iniciou com a primeira pauta da reunião agradecendo a presença do Delegado Dr. André, e solicitou que os conselheiros se apresentassem. Rui, então, passou a palavra para delegado. Dr. André agradeceu o convite do Conselho e mencionou que a Polícia deve ser respeitada em vez de ser temida. O delegado explicou que há alguns anos a Delegacia resolvia muito casos de trânsito, na qual os casos de crimes ambientais não eram tratados. Dr. André falou que, a partir de 2013, começaram-se a fazer ações mais efetivas no combate aos crimes ambientais, visando somar com as atividades e ações dos demais órgãos do município. Dr. André citou o caso de um munícipe de alcunha Carne Frita, na qual a prefeitura já havia feito diversas ações sem sucesso, mas junto com a Polícia conseguiu-se efetuar a prisão do proprietário e resolver a situação do local. Dr. André citou também o caso de um secretário municipal de Capivari de Baixo, na qual o técnico da Fundação do Meio Ambiente (Fatma) foi ameaçado, e na segunda vez que a Polícia foi junto com os técnicos da Fatma, conseguiram cumprir a legislação com a prisão do secretário. Delegado ainda falou que não tem intenção de punir e/ou prender os proprietários e empreendedores, mas sim evitar os danos ambientais e beneficiar os munícipes. Dr. André mencionou os casos dos frigoríficos que se deve dar condições de adequação a fim dos proprietários reparem os danos, em vez de encerrarem as atividades dos empreendimentos. Dr. André complementou falando da grande dificuldade da educação e dos munícipes sem orientações e informações. Delegado mencionou também os problemas com os rizicultores, bem como a emissão de ruídos dos estabelecidos. Dr. André falou do horário de funcionamento da Delegacia, que é das 8h00 às 19h00, comentou do quadro de funcionários, sendo 1 (um) policial de investigação, 1 (um) policial de

[Handwritten signatures and initials in blue ink]
Paula W. *[Signature]* *[Signature]* *[Signature]* *[Signature]* *[Signature]* *[Signature]* *[Signature]*

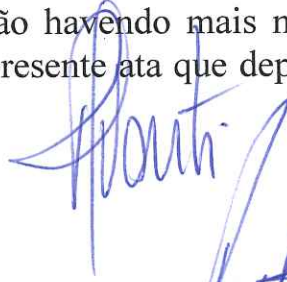
perícia, e falou de dois veículos destinados às ações da Delegacia. Dr. André falou do outro grande problema do município, o Centro de Zoonoses, na qual precisa-se urgente de veterinários e do reconhecimento da Prefeitura, a fim de legalizar a situação do estabelecimento. Conselheiro Maicon comentou da Resolução emitida pelo Comdema sobre os caminhões limpa-fossa, e questionou sobre a solicitação de fiscalização da Polícia. Dr. André explicou que a Delegacia já fez alguns trabalhos nesta linha e verificou algumas irregularidades em empresas deste tipo no município. Dr. André falou da dificuldade de flagrar os caminhões, pois explicou que o caminhão suga os resíduos líquidos dos prédios e lançam na rede de esgoto pluvial do município. Dr. André disse que os caminhões devem ser pesados ao final do dia para se ter o controle. Outro problema, como o Dr. André mencionou, é o tele-entulho e a disposição final dos resíduos da construção civil. Silvio Ghisi falou que deveria ter o controle, como o município de Balneário Camboriú que colocou rastreadores nos tele-entulhos. Dr. André explicou que os rastreadores funcionam para empresas construtoras, mas não funcionam para reformas particulares que não necessitam de alvarás. Dr. André ainda mencionou que os resíduos da construção civil de Tubarão e região sustentariam uma usina de reciclagem destes resíduos. Outra problemática é a extração de saibro na região, na qual os proprietários afirmam que procederão a terraplanagem, mas, na verdade, fazem a extração ilegal de saibro. Rui comentou sobre a Resolução 003/2014, de 11 de agosto de 2014, que dispõe sobre o enquadramento da atividade de terraplanagem como sendo potencialmente causadora de degradação ambiental, para fins de licenciamento ambiental. Rui, então, agradeceu novamente a apresentação do delegado na reunião do Conselho. Dr. André também agradeceu o convite e argumentou que a Delegacia de Crimes Ambientais deveria ter um assento no Comdema, a fim de discutir as questões socioambientais do município. Foi explicado que a lei que reestruturou o COMDEMA definiu o número de representante em 16 (dezesesseis), paritariamente, com representantes de entidades públicas e da sociedade civil, e que, na hipótese da vacância de uma vaga de representantes das entidades públicas, a Delegacia de Crimes Ambientais será chamada. Rui passou para a segunda pauta da reunião com a prestação de contas do Fundo Municipal de Meio Ambiente, por Guilherme Bressan, Diretor-presidente da Funat. Guilherme primeiramente agradeceu a Conselho a oportunidade de estar na reunião e comentou que a Funat está se dedicando para reorganizar e reestruturar o Fundo de Meio Ambiente. Guilherme apresentou as arrecadações e os gastos do ano passado. Guilherme comentou que em 2014 tiveram uma arrecadação de R\$ 155.027,28 (cento e cinquenta mil, vinte e sete, e vinte oito centavos) e previsão de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) para 2015. Guilherme mencionou que R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) veio do Ministério Público, pelo Promotor Sandro de Araújo para o suporte aos projetos de Educação Ambiental e outras atividades. A Funat pretende utilizar os recursos do fundo para investir no aluguel de um galpão para a implementação da Cooperativa dos Catadores. Guilherme também comentou da intenção de elaborar a Lei de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), na qual os produtores que preservam os recursos naturais, ganham um determinado valor. Guilherme falou que o fundo está atualmente com um saldo de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais). Guilherme falou também da intenção de

Paulaw.

encaminhamento do Termo de Referência para o novo sistema informativo para o Licenciamento Ambiental da Funat. Não havendo mais nada a ser tratado, foi por mim, Paula Wronski Aguiar lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada vai devidamente assinada pelos presentes.



Paula W.



João - A
João - A
João - A



João - A
João - A

